



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 70ª
(SEPTUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 2 DE SETEMBRO DE 2008.

35

84

119 *bandas*

Publicação conferida no DDFL nº 163 de 12/09/08
Considero *dueto* Matrícula: 1179137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Registro a presença dos Deputados Batista das Cooperativas, Bispo Renato, Erika Kokay e Eurldes Brito.

Convido a Deputada Erika Kokay a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 158, de 05/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 70ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 69ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a esta Presidência que o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo nesta Casa, está viajando para acompanhar a esposa em procedimentos médicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está registrado o comunicado.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BERINALDO PONTES - PP		X	
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM		X	
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM		X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO TADEU - PT	X		
PEDRO DO OVO - PMN		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT		X	
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	08	16	

Enke Volley
SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. O Deputado Leonardo Prudente está em viagem.

O Deputado Wilson Lima pediu para usar a palavra no período destinado aos Comunicados de Líderes pelo Bloco Democrático Social Brasileiro no lugar do Deputado Benício Tavares.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, pessoal na galeria, subo a esta tribuna hoje de alma lavada, porque vejo no Governo do Distrito Federal cobrança de quem ocupa as pastas do Poder Executivo exigindo o cumprimento das leis distritais. Uma delas diz respeito à lei das filas, de cuja votação vários Deputados desta Casa participaram.

Os bancos são os vilões por não cumprirem a lei das filas. Eles ganham muito dinheiro e exploram seus usuários e correntistas. Existem vários supermercados, e o cidadão pode escolher qualquer um deles. Com as agências de automóveis é a mesma coisa. Você pode escolher onde comprar. Porém, há pessoas que mal conseguem abrir conta em um banco. Uma pessoa não tem conta em vários bancos. A pessoa se torna cliente quase cativa do banco e vira refém na hora de usar os serviços bancários. Além das inúmeras taxas cobradas, exploram a clientela e tomam-lhe um tempo muito precioso e de grande valia.

Ninguém gosta de fila. É um absurdo o que os bancos fazem com a sua clientela. O PROCON, por iniciativa do então diretor interino, tem tomado providências. Seus fiscais vêm visitando os bancos e punindo-os com multas que vão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	3

de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Isso é merecido, porque podiam estar livres disso.

Antigamente, os bancos não possuíam assentos para os clientes, não tinham sequer ar-condicionado ou um ventilador para aliviar o calor. Era um verdadeiro caos. Com a nossa lei das filas, tiveram de melhorar muito. Hoje há cadeiras confortáveis, ar-condicionado, banheiros, mas o mais importante ainda se esquecem de fazer, que é atender ao cliente num tempo razoável.

Eu tenho de parabenizar os cartórios de Brasília, porque disseram que não iriam cumprir a lei das filas. No entanto, os cartórios se organizaram de tal forma que hoje é servido até café para os clientes. Atendem-nos num tempo razoável de 30 minutos ou até antes de 30 minutos.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WILSON LIMA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, a lei de autoria de V.Exa. representa uma inovação e nos encoraja a enfrentar as dificuldades e defender a população. Essa lei foi questionada, se não me engano, até a última instância.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sim, foi questionada.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – A Câmara Legislativa do Distrito Federal conseguiu superar os entendimentos. É uma vergonha os bancos até hoje, com o faturamento exorbitante que possuem, não conseguirem se enquadrar aos termos da lei de autoria de V.Exa. para oferecer à população um serviço de qualidade. Quero parabenizar V.Exa., pois essa lei nos serve de inspiração para legislar sobre relação de comércio, o que é uma prerrogativa desta Casa. Parabéns!

DEPUTADO WILSON LIMA – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses. S.Exa. é um grande Deputado.

Foi aprovado por esta Casa um projeto de autoria de S.Exa. que tinha de estar sendo cumprido na íntegra, mas não está. Refiro-me ao projeto sobre a cobrança fracionada do horário de estacionamentos do Distrito Federal. É um roubo o que estão fazendo! Estão enrolando a população! Estão, portanto, descumprindo a lei.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WILSON LIMA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, apenas lembro que dia primeiro de setembro é a data base dos bancários.

Os bancários estão absolutamente de acordo não apenas com a redução da taxa de juros, mas também com a eliminação de filas. Os bancários prestam apoio a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	4

todo projeto de iniciativa de V.Exa. para que não haja filas intermináveis no setor que mais lucra neste país. O setor bancário lucrava com a inflação e lucra com a ausência de inflação.

Só para V.Exa. ter uma idéia, informo que um banco como o Itaú lucra com a prestação de serviços – e o grande volume de recursos vêm das tarifas bancárias pagas por nós – por volta de três vezes mais do que o que gasta com a sua folha de pessoal. Portanto, os clientes bancários pagam as folhas de pagamento, os salários dos bancários com as tarifas, fazendo os serviços que antes eram feitos pelos bancários, mas hoje são feitos pelos clientes, que pagam muito caro por tudo isso. É um setor que lucra e submete a categoria bancária a condições absolutamente aviltantes, transformando o local de trabalho não em um local onde a gente se encontra, mas muitas vezes em um local onde a gente se perde.

Então, deixo aqui minha solidariedade a todos os projetos que buscam regular essa matéria e defender o consumidor. Manifesto também minha solidariedade a minha categoria, porque bancária sou e me aposentarei como bancária. Sou bancária há 27 anos. Sei a dor e a delícia, Deputado Wilson Lima, de ser bancária.

DEPUTADO WILSON LIMA – Parabéns, Deputada Erika Kokay! Eu acredito que todos os bancários são solidários à nossa lei. Eles querem que os banqueiros coloquem mais pessoas para atenderem os clientes no tempo razoável, como diz a lei.

Deputado Paulo Tadeu, eu ainda quero ver Brasília, de uma forma geral, cumprindo rigorosamente a lei das filas. Os Correios estão de parabéns. Nós chegamos lá e pegamos senhas para ser atendidos. O Procon fez uso da lei das filas durante a crise aérea. Ele foi lá e autuou as empresas aéreas, porque nossa lei também prevê isso. Então, é uma lei eficaz, foi discutida até no Supremo, e o Supremo disse sim, em letras garrafais, no *Correio Braziliense*: "Cumpra-se a lei das filas".

Muito obrigado, senhoras e senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Neste momento, passarei a Presidência ao Deputado Wilson Lima, para que eu possa fazer uso da palavra pela Liderança do PT.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, Vice-Presidente desta Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero trazer para esta Casa, na tarde de hoje, dois assuntos que estão sendo pautados pela imprensa brasileira e pela imprensa local.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	5

O primeiro assunto, o mais recente, trata do grampo realizado possivelmente ou aparentemente por agentes da ABIN junto ao Supremo Tribunal Federal e até mesmo ao Senado Federal. Nós não podemos compactuar e aceitar que, no Estado Democrático de Direito, utilize-se a estrutura do Estado para bisbilhotar ou realizar escutas clandestinas de possíveis adversários políticos. Todos aqueles que foram grampeados ilegalmente merecem, de todos nós, uma solidariedade. E aqueles que praticaram esse tipo de ação merecem nosso repúdio.

É fundamental que também nos lembremos do grampo feito recentemente em Brasília na Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Dra. Cláudia. S.Exa. foi também grampeada de maneira criminosa. Aqui nesta Casa, um Deputado já foi grampeado em seu gabinete. Eu desejo e espero muito que, aqui no Distrito Federal, realizemos também uma frente de luta contra grampos clandestinos feitos em qualquer autoridade pública do Distrito Federal em qualquer canto dessa cidade.

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. é da Comissão de Segurança. Primeiramente, deveria ser feita uma varredura nesta Casa, nos gabinetes, nos celulares dos Parlamentares, porque sabemos da “grampolândia” que existe no Distrito Federal. Espero muito que a Polícia Federal, a Polícia Civil e os demais órgãos de inteligência desta cidade atuem também, pois palra sobre todos nós uma suspeita de que estamos sendo escutados de maneira ilegal.

Então, quero aqui me somar e prestar solidariedade a todos aqueles que, de maneira criminosa, foram grampeados. Quero parabenizar o Presidente Lula por ter afastado ontem toda a direção da Abin, até que se investiguem e se apurem todos os fatos. Esse é um tema que, eu acredito, Deputado Cabo Patrício e demais Parlamentares da Comissão de Segurança desta Casa, essa Comissão tem o dever de levantá-lo e construir ações concretas que possamos viabilizar.

Se lermos hoje os classificados do *Correio Braziliense* ou de qualquer outro jornal, veremos o seguinte: possíveis investigadores particulares prestam todo tipo de serviço, inclusive o serviço de escuta ilegal. Está lá nos classificados! Se faz de um, faz de qualquer um. Entendo que devemos tratar desse assunto. Inclusive apresentei um projeto de lei proibindo esse tipo de serviço, esse tipo de anúncio em jornais, porque isso é crime.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, essa questão do grampo preocupa não só nós, cidadãos, mas todo o Brasil, todo mundo. Só interrompi agora porque V.Exa. falou a respeito de um projeto de lei que está apresentando. Eu disse a alguns amigos, há algum tempo, que alguma coisa precisava ser feita. Houve apenas a divulgação pela imprensa nacional, dizendo que foi gravado por ordem judicial. Penso que, com esse projeto que V.Exa. está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	6

apresentando, Brasília pode servir de exemplo para o Brasil mais uma vez, assim: a partir do momento do pedido na Justiça, protocola-se o pedido em um cartório, registra-se, e, quando se disser "divulgação conforme ordem judicial registrada no cartório número tal", é oficial. E não esse negócio de dizer "gravação com ordem judicial", que, muitas vezes, não é, é conseguida de forma só Deus sabe como.

Hoje tem aquele velho ditado: atire a primeira pedra quem não está grampeado. Todo mundo está grampeado. Parabéns, Deputado Paulo Tadeu!

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Geraldo Naves.

Sr. Presidente, quero tratar de outro tema que também está na conjuntura e não pode passar batido, até como obrigação do nosso mandato como Parlamentar. O assunto diz respeito ao viaduto da EPTG.

Quero, primeiramente, parabenizar a imprensa de Brasília, os diversos órgãos de comunicação, que desde a semana passada, vêm relatando a crítica que a população desta cidade está fazendo àquele viaduto da EPTG. Esse viaduto foi inaugurado recentemente pelo Governador Arruda com toda a pompa, com muita gente em volta, com muitos Parlamentares em volta, todo mundo feliz da vida e batendo palmas. Deputado Benício Tavares, V.Exa. não estava lá, fez muito bem. Depois ficou comprovado que aquele viaduto foi uma das grandes enganações e, talvez, Sr. Presidente, um dos maiores símbolos da incompetência do atual Governo.

Agora, eu queria muito que o Governador Arruda fizesse o que Lula fez com a Abin. Como pode um Secretário chegar para a população e falar assim: quem disse que aquele viaduto ia resolver algum problema de trânsito? O outro fala: não, aquele viaduto foi projetado para isso mesmo. Quer dizer: gastam-se milhões de reais dos cofres públicos para construir uma obra completamente inútil. Com quem ficará esse prejuízo, Sr. Presidente? Ninguém será afastado? Planejou-se uma obra, e o Governador do Distrito Federal fez publicar nos jornais dessa cidade diversos anúncios pagos dizendo que aquele viaduto iria melhorar e resolver o problema do trânsito. O que se viu foi um viaduto completamente ineficiente, em que se gastaram milhões de reais, e ninguém será afastado por isso. Parece que está tudo bem!

Um dia eu pude observar, Deputado Reguffe – V.Exa. faz muito esse debate –, a imprensa questionando os onze mil reais que os Parlamentares gastam com verba indenizatória. E, pelos milhões de reais gastos no viaduto da EPTG, ninguém vai ser afastado? Isso é dinheiro público, é dinheiro que poderia estar na Saúde, que está na UTI; poderia estar na educação pública, que ainda conta com escolas de madeirite. Então, faz-se um viaduto que não serve para nada, gastam-se milhões e milhões de reais, e ninguém é afastado! Ninguém é responsabilizado por esse desastre, por essa marca da incompetência que é o viaduto da EPTG?

Entendo que o Governador Arruda deveria dar uma resposta à sociedade, o porquê de ter jogado milhões de reais no ralo, no ralo da incompetência. S.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	7

deveria afastar os responsáveis por tal obra, por tal viaduto, porque além de não resolver nada, ainda piorou o trânsito da EPTG. Penso até que o Governador Arruda deveria fazer o que fez com alguns prédios aqui em Brasília que não serviam para nada e até atrapalhavam. S.Exa. deveria também mandar demolir aquele viaduto, porque ele está sendo, de fato, um símbolo da incompetência e da ineficiência do Governo.

Espero muito que o Governador Arruda não só faça o que falou, mas afaste os secretários responsáveis porque dinheiro público não pode ser jogado pelo ralo devido à ineficiência de alguns secretários.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero me congratular com V.Exa. por esse discurso. Penso que cada centavo do dinheiro do contribuinte tem de ser gasto com total seriedade e responsabilidade porque a população paga os seus impostos com muito suor e com muito sofrimento.

Em minha opinião, infelizmente esse viaduto custou um valor excessivo e mostra a clareza da falta de planejamento urbano de uma cidade. O normal seria primeiro construir as vias de acesso a uma cidade, para depois construir a cidade. Aqui, primeiro se constrói a cidade, para depois se pensar nas vias de acesso. Independentemente de qualquer coisa, considero excessivo o dinheiro gasto com esse viaduto, principalmente em uma cidade tão carente de investimentos na saúde pública e na educação pública, como esta cidade. No mínimo, é uma grande inversão de prioridades.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Reguffe.

Deputado Reguffe, parablenzo-o por sua declaração. Também acredito que esta Casa deveria convocar os responsáveis pelo projeto e pela execução de tal obra, porque – está na Lei Orgânica – esta Casa tem o dever moral e cívico de acompanhar e fiscalizar aquilo que é executado pelo Poder Executivo.

Portanto, vou apresentar um requerimento e chamar os nobres Pares para convocarmos os secretários responsáveis por tal obra ou por tal simbolismo da ineficiência que é o viaduto da EPTG.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. sabe do respeito que tenho por V.Exa. nesta Casa. Tenho quase convicção de que V.Exa. será muito bem votado como Deputado Federal, e pode-se dizer, à boca miúda, que V.Exa. já está eleito. Tenho certeza. V.Exa. tem o livre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	8

arbítrio de usar da tribuna e dizer o que pensa. Isso faz parte do mandato, V.Exa. foi investido disso pela terceira vez, juntamente comigo.

Mas não posso concordar com V.Exa. quando fala a respeito do viaduto, porque esse é apenas o começo de mais viadutos que são necessários para melhorar a qualidade de transporte e de vida dos brasilienses no eixo Taguatinga/Plano Piloto, porque é o local mais populoso do Distrito Federal. Não é um ato isolado que vai resolver isso.

O pessoal de Águas Claras e de Vicente Pires, que surgiram depois, congestionou aquilo, e eles não têm como entrar na Via Estrutural. Logo, o único acesso deles é por ali. Quando o viaduto foi aberto, todo mundo pensou que iria resolver o problema. E não é isso ainda que vai acontecer. Uma série de viadutos ainda virá. O Governador já anunciou isso, e tenho certeza de que, com essas medidas que S.Exa. vai tomar e com a melhoria do metrô, vai aumentar a qualidade no trânsito.

O Governador tem um projeto de implantação de transporte para a cidade, e só quando ele for implantado é que vai melhorar a qualidade do trânsito e do serviço público. Vamos poder deixar nossos carros em casa e trafegar com tranqüilidade em Brasília, pois os ônibus trafegarão em vias próprias, que permitirão chegar mais rápido do que os carros que hoje utilizamos.

Outro dado importante é que quase 80% das pessoas que se deslocam das cidades satélites para o Plano Piloto estão sozinhas no seu carro. Portanto, a quantidade de carros é muito maior. O problema é muito maior do que um viaduto, motivo dessa discussão.

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. pode e deve dizer qualquer coisa, já que foi investido neste cargo. Isso faz parte da imunidade parlamentar. Para concluir, Deputado Paulo Tadeu, este é o princípio de grandes mudanças. É dessa forma que eu vejo.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Wilson Lima.

Fico feliz, Deputado Wilson Lima, por V.Exa., na condição de Presidente desta sessão, estar muito convencido de que tudo vai melhorar no transporte público de Brasília. Até penso que V.Exa. esteja no lugar errado. Talvez V.Exa. devesse estar na Secretaria de Transportes, e talvez não tivéssemos emplacado o viaduto como símbolo da ineficiência do Governo.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Deputado, já que o Deputado Reguffe não pôde ocupar a Secretaria de Saúde, quem sabe ele ajude melhor a Secretaria dos Transportes!

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	9

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que o debate está se alongando, mas acredito que o tema é fundamental.

Em primeiro lugar, solidarizo-me com V.Exa. pela preocupação que tem com o trânsito do Distrito Federal. Essa preocupação não é apenas de V.Exa., mas de todo cidadão residente no Distrito Federal. Nós, que moramos nas satélites – eu digo isso com uma tranquilidade muito grande porque sofro diariamente com aquele engarrafamento –, sabemos da importância de haver um trânsito livre no Distrito Federal.

Eu gostaria de me permitir discordar de V.Exa. Se nós formos pelo caminho simplista de demolir as obras que estão sendo feitas e afastar os secretários que estão trabalhando com eficiência; se formos pelo caminho simplista de “quanto pior, melhor”, nem eu, nem V.Exa. nem parlamentar algum eleito legitimamente pela sociedade do Distrito Federal estaremos contribuindo.

Quero me permitir discordar de V.Exa. como conhecedor de causa, porque diariamente utilizo aquele trajeto. Eu tenho certeza de que não é o melhor trânsito do mundo e está ruim. Podemos constatar isso *in loco*. No entanto, fizemos pesquisas, estamos conversando com a comunidade de Águas Claras, de Vicente Pires e do Park Way. Aquele viaduto representa apenas um de quatro viadutos de um complexo viário que está sendo planejado. O planejamento, a estratégia e a ação fazem parte do Brasília Integrada. Eu tenho certeza de que, para aquele cidadão de Águas Claras, do Park Way, de Vicente Pires, o trânsito melhorou muito. Não está o melhor do mundo, mas não piorou. O viaduto se fazia necessário.

Não posso discordar do Deputado Reguffe. Não sei se é uma obra cara: não sou engenheiro, assim como o Deputado Reguffe não é. Sei que a obra foi precedida de um processo licitatório. Sei que o projeto veio com recursos auferidos do BIRD para o Brasília Integrada. E sei também que um processo enorme de auditoria está sendo acompanhado e aprovado.

Eu me permito discordar de V.Exa. O trânsito está muito longe de ser o que precisa ser, mas lembro que, quando o Governador Arruda assumiu o Governo, já tínhamos Vicente Pires, com todo o respeito aos seus moradores, ocupada de uma forma irregular, não planejada, em condomínios irregulares, Deputado Dr. Charles. Já tínhamos parte de Águas Claras ocupada de uma forma não planejada. Então, é importante não irmos para o debate simplista. Não dá para ir para o debate simplista.

DEPUTADO PAULO TADEU – Perfeitamente, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Apenas para finalizar, o Governo do Distrito Federal tem desenvolvido grandes ações de mudança no trânsito do DF. Sabemos do problema que tem acontecido com a substituição das *vans* pelos



Data	Horário Início	Sessão Ordinária	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	10

microônibus. Sabemos das dificuldades da EPIA, que já foram muito maiores. Conhecemos a dificuldade do trânsito que vem do Colorado, onde V.Exa. tem conhecimento de causa, mas eu queria me permitir discordar de V.Exa. Se formos demolir os viadutos, vai ficar complicado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Fico até contente com o nível do debate. Acho que todos nós temos condições de divergir no campo das idéias. Isso é importante. Mas não é simplista. Simplista foi o que o Governo fez. Ele anunciou à população uma coisa que não aconteceu. Ele vendeu ilusões à população de Brasília.

O Deputado Federal Tadeu Filippelli, do PMDB, não é do PT, ex-Secretário de Obras do Distrito Federal, disse claramente em entrevista que o projeto original daquele viaduto, feito pelo Governo anterior — vamos ser sinceros, ninguém é mais especialista aqui em viadutos do que o ex-Governador Roriz e o seu Governo —, foi alterado. Por isso o viaduto não surtiu nenhum efeito. Aliás, a situação piorou.

Deputado Batista das Cooperativas, se V.Exa. desejar, vou mostrar o conjunto de *e-mails* e as matérias que a própria imprensa tem trazido para a população — *Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Rede Globo, CBN* e por aí vai. Toda a sociedade está relatando que aquele viaduto, em que se consumiram milhões de reais do dinheiro público, não surtiu nenhum efeito. É um símbolo da ineficiência.

Não podemos aceitar que um secretário de governo ou secretários de governo projetem tal obra. Inclusive, acho importante convidar o Deputado Tadeu Filippelli a vir aqui, porque ele foi Secretário de Obras, para que possa, nesta Casa, dizer o que disse para a imprensa, que o projeto original foi alterado. Por isso chegou-se a esse resultado pífio.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Paulo Tadeu, eu queria me somar a V.Exa. na sua colocação com relação ao viaduto, até porque essa não é uma questão simplista. Temos que lembrar que nos hospitais públicos do Distrito Federal faltam medicamentos e leitos de UTI. Não se pode deixar de investir, Deputado Dr. Charles, em hospitais, se foi prometido e alardeado em campanha pelo Governador Arruda que se cuidaria das questões humanas, Deputado Paulo Tadeu, e não da questão de obras de viadutos, como o Governo passado havia feito. Pega-se um projeto que tinha toda a sua definição, altera-o e vende-o para a sociedade como se fosse a grande obra do Governador Arruda. Essa é a verdade. Tanto é que se fez a inauguração no dia de sábado, às 10h, inclusive com a presença de dois ministros do Governo Federal, anunciando como uma grande obra que iria resolver o problema, sabendo-se que não resolveria. Apenas se mudou o local do gargalo do congestionamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	11

Também moro em cidade do DF, Deputado Batista das Cooperativas, e tenho vivido o dia-a-dia dos congestionamentos e engarrafamentos. Não é um viaduto que val resolver. O transporte público de Brasília tem de funcionar. Fala-se o tempo todo do Brasília Integrada. A Câmara Legislativa fez a sua parte, o seu papel: economizou, contribuiu para que o Governo do Distrito Federal pudesse obter os empréstimos. Contudo, até agora, o Brasília Integrada não saiu do papel. Na verdade, nenhum projeto deste Governo saiu do papel. É um Governo de incompetentes, sim, Deputado Paulo Tadeu, e não é só no viaduto, é na saúde, na educação, na segurança pública, em todas as áreas, inclusive sociais, Deputado Berinaldo Pontes.

Como este Governo investe R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) no Entorno, enquanto o Governo de Goiás investiu apenas 7%? Este Governo não consegue, em um ano, apresentar à bancada do Partido dos Trabalhadores, a esta Casa Legislativa que tem a competência de fiscalizar os planos de trabalho dessas obras executadas, onde os recursos do contribuinte do Distrito Federal são investidos.

Deputado Paulo Tadeu, é importante que V.Exa. trate do assunto porque, com a construção do viaduto, uma obra palpável que a população pode ver, ficou demonstrada a incompetência desse Governo, não somente na questão do transporte, mas também da saúde, da educação, da segurança, enfim, das questões sociais.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.

Quero finalizar, Sr. Presidente, deixando uma sugestão. É claro que não quero aqui apenas fazer discurso de Oposição ou receber discurso de Situação. O que poderemos fazer para saber, de fato, o que aconteceu com o viaduto da EPTG? Poderemos chamar os técnicos do Governo, secretários responsáveis por tal obra, e juntamente convidar o ex-Secretário de Obras, Tadeu Filippelli, para aqui, num debate técnico, político, franco e aberto, apresentar para a sociedade as condições daquele viaduto, se ele funcionou ou não. Chamaríamos, inclusive, a população de Taguatinga, da Cellândia, de Águas Claras, de Vicente Pires que, no dia-a-dia, vai e vem por aquela via. Com isso, daremos uma resposta à sociedade.

Quero dizer, neste momento, que muito já ouvi, muito já li e muito já vi com relação a essa obra. Eu não sou daqueles que apostam no "quanto pior, melhor"; pelo contrário. Nasci em Brasília, moro aqui, bem como minha família, meus filhos, e quero muito que esta seja uma cidade boa para todos nós. Por tudo isso, digo que, infelizmente, quanto a esse viaduto da EPTG, se o Governador Arruda não tomar as rédeas desse processo e responsabilizar os secretários que mudaram o projeto original, como disse o Deputado Filippelli, que gastaram milhões de reais e que realizaram uma obra que deveria ser de solução e passou a ser um símbolo de desilusão, se S.Exa. não afastar os secretários responsáveis por isso, vou entender que o Governador Arruda está compactuando com tal ineficiência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADO GERALDO NAVES – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, estive na inauguração do viaduto, e foi uma pena V.Exa. não estar presente. Deveria ter comparecido para ouvir o que disse o Governador e o Vice-Presidente da República, José Alencar, representante do Presidente da República naquela ocasião.

Da forma como disse o nobre Presidente desta sessão, Deputado Wilson Lima, aquele é um conjunto de obras que virá. Daí ser tachado de incompetente? Há um processo. Quanto à acusação de que o projeto foi modificado, não tenho conhecimento, estou ouvindo isso agora pela primeira vez. Agora, ser tachado de incompetente?

Foi citada aqui, durante um aparte, a situação da Estrutural. O Governo nunca foi tão bem quanto agora na questão daquela localidade.

Solicitei este aparte apenas para dizer a V.Exa. que todos os Deputados foram convidados. Acho um pouco exagerado pedir a demissão de secretários ou coisa parecida, afinal eles estão trabalhando. Porém, cabe a V.Exa. a sugestão, e me ofereço para acompanhá-lo e levar essas sugestões ao Secretário de Transportes, ao Secretário de Obras, que estão abertos. São várias obras e, se todas as obras inauguradas forem criticadas e tachadas de incompetentes, estaremos sendo incompetentes em não acompanhá-las.

Quero me congratular com V.Exa. em outra questão, embora V.Exa. tenha sido simples: a verba indenizatória. Quero dizer a V.Exa. que tenho R\$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais) para gastar. Vou gastá-los, todos. E parabéns aqueles que cumprem a lei. Isso é lei, está na lei. Aquele que não gasta a verba indenizatória, está descumprindo a lei — obedecendo a quem? Vou gastar e vou cumprir a lei, porém, quando deixar de ser lei, deixarei de gastar.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço o aparte do Deputado Geraldo Naves.

Deputado Geraldo Naves, continuo dizendo que não sou daqueles que apostam no “quanto pior, melhor”. Agora, há um fato concreto que aconteceu nesta cidade: um viaduto foi inaugurado com toda a pompa. Disseram que ele iria solucionar, que iria resolver, que iria melhorar o trânsito caótico daquela região. Mas isso não aconteceu. Trarei para cá os anúncios que o Sr. Governador publicou nos jornais sobre a questão desse viaduto, pois foi o Governador quem disse que o viaduto iria solucionar o problema do trânsito.

Então, para encerrar minha intervenção com relação a esse assunto, eu apresentarei um requerimento para convocar os Secretários do Governo a darem explicações a esta Casa. Espero que todos os Parlamentares, conforme estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal, assinem esse requerimento, para que os Secretários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	13

venham dar explicações aos Parlamentares desta Casa, a fim de que tudo fique esclarecido.

Era o que eu queria dizer.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há cerca de trinta dias, houve o entendimento entre o Sindetrans e o Governo no que diz respeito à suspensão do movimento paralisista, do qual participou o Deputado Paulo Tadeu; o Deputado Cabo Patrício, nosso Líder, que se ausentou por alguns instantes do plenário; o presidente do meu partido, Deputado Chico Vigilante; o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que no momento está viajando.

Deputado Batista das Cooperativas, Vice-Líder do Governo, há um mês elaboramos um entendimento entre os trabalhadores do Detran e o Governo, representado pelo Diretor Jair Tedeschi. Houve ali um entendimento geral sobre as parcelas salariais e as condições de trabalho. Mas até agora não vimos cumprido o acordo firmado.

Portanto, Deputado Batista das Cooperativas, quero que V.Exa. faça uma intervenção junto ao Governo, pois as categorias de trabalhadores e nós Parlamentares acreditamos no Governo e não queremos nos arrepender de termos acreditado no Governo.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que, após o término do Pequeno Expediente, iniciemos a pauta de votações, uma vez que já há acordo de Líderes com relação aos Itens nºs 8, 9 e 10, que são projetos sociais; e o Item nº 45, que trata da aprovação da indicação da recondução do Sr. Antônio Luiz Barbosa na Adasa. Já há o encaminhamento e a aprovação dos Líderes.

Logo após, se houver acordo, poderíamos trabalhar pela aprovação dos projetos dos Srs. Parlamentares.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Deputado Chico Leite que encaminharei o pleito de S.Exa. e dos funcionários do Detran ao Governador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	14

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência está de acordo com o encaminhamento de V.Exa. Portanto, após as intervenções da Deputada Eurides Brito e do Deputado Benício Tavares, iniciaremos a pauta de votação.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, cumprimento o Deputado Benício Tavares pelo convite recebido. Não sei se posso me dirigir a V.Exa. como líder ou como ex futuro líder do Governo. Para nós, seria uma grande honra tê-lo aqui como Líder! Evidentemente, estou falando sobre uma notícia que foi veiculada no jornal e todos falaram com muito respeito ao nosso Líder atual, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa com muita honra, porque sou fã de V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu o agradeço e também sou fã de V.Exa.

Quero falar sobre essa questão e dizer a V.Exas. que sempre na nossa bancada houve uma palavra de rodízio da liderança. Evidentemente que o Governador tem essa intenção e creio que essa mudança é para o ano que vem, talvez em fevereiro.

Agradeço a matéria ventilada no jornal *Correio Braziliense*, mas acredito que temos de prestigiar o nosso Líder atual, Deputado Leonardo Prudente!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Benício Tavares. Concordo com as palavras de S.Exa., porque temos todo o respeito ao nosso Líder atual.

Sou oriundo da área social, e temos observado o esforço do Governo para dinamizar aquela área. Inclusive, há aqui três projetos da área social que, se não forem votados hoje, estamos fazendo um acordo para que sejam votados amanhã, porque é preciso que a área social volte a ter uma atração mais efetiva, e esses projetos darão os instrumentos ao Governo para que realmente volte o social para o lugar que ele tinha.

Independentemente disso, estou apresentando aqui uma indicação nessa direção, porque há dezessete cidades em que a cesta básica de alimentos, que pesa 29 quilos, foi substituída pelo cartão de R\$ 130,00 (cento e trinta reais). Isso trouxe mais cidadania para as pessoas, que agora possuem uma conta bancária e não ficam sob o jugo daqueles mesmos produtos que a cesta básica sempre continha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	15

E a indicação é exatamente para isto: para que o Governo acelere o processo de implantação do cartão. Sei que o Governador vai implantar esse sistema, porque S.Exa. já disse isso, mas está demorando muito! Muitas vezes, os produtos chegam com qualidade inferior, nem sempre o produto oferecido às pessoas na cesta é o que foi licitado, enfim, não vamos entrar no mérito da questão. Digo isso a V.Exas. de cadeira, porque já trabalhei na área e V.Exa. era o subsecretário de alimentação. A indicação é exatamente para acelerar esse processo que será implantado nas demais cidades.

Deputados Raimundo Ribeiro, Cristiano Araújo e Geraldo Naves, eu ouvi V.Exa. falar aqui – e falo com muito respeito – que não gastar os R\$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais) significa que o Parlamentar está descumprindo a lei. Eu posso até me esforçar para entender em que sentido V.Exa. mencionou essas palavras. Mas dizer que quem não gasta a totalidade do referido valor está descumprindo a lei é uma estúrdia de V.Exa. E eu, que sou amigo de V.Exa., não esperava ouvir isso!

Eu também estranho o fato de que há duas semanas se fala em sucessão à diretoria da Câmara Legislativa, fato que está preocupando a todos nós. Preocupame, pois não sou candidato a essa vaga que estão oferecendo como moeda de troca para as eleições, a vaga no Tribunal de Contas. É o que os jornais estão noticiando. Eu acredito que os eleitores que nos colocaram aqui estão querendo entender o porquê disso. É oferecida, conforme notícias de jornais, uma vaga para o Tribunal de Contas em troca deste ou daquele apoio. Eu não estou dizendo que alguém está oferecendo essa vaga. Acontece que é isso que está sendo noticiado nos jornais. Eu, do alto da minha insignificância, da minha inexperiência política, não entendo, e penso que o telespectador que nos colocou aqui também não está entendendo.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, apenas para corrigir ou para me fazer entender.

Eu disse que a verba indenizatória é concedida por lei. É um direito de cada Deputado gastá-la, conforme disse o nosso Presidente, Deputado Alírio Neto, e todos os Deputados. Procurei saber com que se pode gastar a verba indenizatória, inclusive bem antes de tomar posse. Portanto, é um direito de cada Parlamentar gastar essa verba.

Eu perguntei: se ele não gastar, estará descumprindo a lei? Não. Então eu posso gastar e gastar, e pronto. Não tenho que dar satisfação de como a verba foi gasta. Estamos fazendo o que está dentro da lei. Se eu não gastar, estarei descumprindo a lei? Se eu gastar, a estarei descumprindo? V.Exa entendeu o que eu quis dizer?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Geraldo Naves, volto a repetir: V.Exa disse que o parlamentar que não gastar está descumprindo a lei.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Fiz uma pergunta.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Pergunta?

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa tem alguma coisa contra o Gabinete nº 22?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Absolutamente. Não tenho nada contra o Gabinete nº 22. Eu só estou me esforçando para entender o que V.Exa falou.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não, não. Se V.Exa entendeu assim, é problema seu.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado, eu não gasto toda a verba, mas não estou descumprindo a lei, pelo contrário.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Se V.Exa quiser devolver a verba, pode passá-la para mim, pois estou precisando.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado, eu tenho que repassá-la para o erário público, não para V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Então repasse, Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado, se eu não gastar, devolverei ao Erário.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu, como Deputado, estou dentro da lei.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado, o Erário não permite isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nobres Deputados, o período dos Comunicados de Líderes não pode se transformar em período de debate.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado, o Erário não permite isso. Quem quiser gastar que gaste, está na lei. Agora, não impinja o título de descumpridor da lei a quem não gasta toda a verba indenizatória. Nem a Edileusa, ex-administradora do Riacho Fundo II, aceita.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa presença nesta tribuna é para parabenizar a Escola Legislativa, em razão de termos participado, na última sexta-feira, do primeiro debate promovido pela Escola Legislativa, pela *TV Distrital*, no programa Interação. Compareceram a esse debate



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	17

diversos alunos do Centro de Ensino nº 3, Centrão, do Guará. Parabéns essa iniciativa, Sr. Presidente, porque ela nos aproxima da população, traz o aluno para dentro desta Casa e, mais do que isso, permite – com essa aproximação – um debate sobre o verdadeiro papel desempenhado pela Câmara Legislativa nesta cidade.

Quero também parabenizar a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, por todos os eventos que promoveu, principalmente a conferência realizada no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, na última segunda-feira. Naquela ocasião, não apenas a Presidente da OAB do Distrito Federal, mas também o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cezar Britto, manifestaram claramente a posição contrária dos advogados do nosso País aos abusos que ocorrem com relação à questão das algemas e da “arapongagem” institucionalizada neste País, que alguns buscam naturalizar.

Dentro desta óptica, apresentamos um requerimento solicitando a realização de uma sessão solene no próximo dia 9 de outubro alusiva aos vinte anos da Constituição Cidadã, que nasceu no dia 5 de outubro de 1988 e que completará, no próximo dia cinco, vinte anos. Já é passada a hora de verificarmos o que, efetivamente, avançou neste País em termos de cidadania. O saudoso Deputado Ulysses Guimarães disse muito bem, por ocasião da promulgação daquela Carta: “Esta Carta foi escrita para o cidadão brasileiro”.

Alguns direitos foram garantidos nesse ordenamento jurídico. É necessário que, ao completar vinte anos, tenhamos a possibilidade de avaliar se os direitos, lá consagrados, estão sendo efetivados ou não. Esta Casa sai na frente quando permite que esta discussão aconteça no dia 9 de outubro próximo, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribello, eu não poderia deixar de abordar este tema que V.Exa. traz hoje à tarde: a questão dos arapongas. E o pior é que essa questão vem do Estado, com a atuação da ABIN em outros Poderes.

Isso nos leva a alguns questionamentos. Até onde e como foi utilizado esse esquema de arapongagem? Além dos órgãos federais, também foi utilizado nos órgãos do Distrito Federal? Esse tema nos traz uma reflexão. Os direitos estão sendo atropelados, o que é um absurdo. Há arapongas agindo de maneira clandestina nos Poderes do nosso País.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Muito obrigado, Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	18

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, saúdo o pronunciamento de V.Exa.

Sabedor de que V.Exa. foi Secretário de Justiça e Cidadania deste Governo e de que muito se esmerou nas atribuições do cargo, aproveito para observar ao Sr. Presidente que estou me retirando desta sessão para reunir-me com o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Desembargador Nívio Gonçalves.

Estamos buscando apoio para que o Governo, urgentemente, nomeie os defensores públicos concursados. Pior que não ter direito é não ter direito a ter direito. E isso é o que ocorre com a maioria da nossa população, que não tem defensores públicos ao alcance.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – “Governador” Chico Leite, boa viagem a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Toda vez que o Deputado Wilson Lima diz isso, lembra-nos de que trabalhamos muito. Mas o que faremos amanhã, só a população e Deus, principalmente, saberão.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço a intervenção do Deputado Chico Leite. Deputado, leve ao nosso Presidente, Desembargador Nívio Gonçalves, nosso apoio para que possamos, urgentemente, nomear mais quarenta e oito defensores públicos a fim de completar o quadro de duzentos, apontado como ideal.

Neste Governo já foram nomeados cinquenta e dois defensores públicos, mas esse ainda não é o número suficiente para atender a população do Distrito Federal. Então, agradeço aos Deputados Chico Leite e Berinaldo Pontes o aparte.

Eu gostaria de reafirmar apenas as nossas felicitações à Escola Legislativa, que inaugurou este debate com a nossa presença e dos Deputados Dr. Charles e Berinaldo Pontes. Parabenizo também a Ordem dos Advogados. Já fazendo o convite a todos, espero que, no próximo dia 9 de outubro, tenhamos a possibilidade de discutir esta Constituição, que no dia 5 de outubro de 1988, quando promulgada, recebeu o apelido alvissareiro de Constituição Cidadã. É hora de refletirmos se essa Constituição se tornou cidadã e é para o cidadão brasileiro.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. fala da Constituição Cidadã com um brilho tão grande nos olhos, que realmente entusiasma a todos. Com relação à Escola do Legislativo, eu gostaria de dizer que realmente ela tem feito um trabalho maravilhoso. Recentemente, começamos a trazer para cá as escolas do Distrito Federal. Eu, V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	19

e o Deputado Berinaldo Pontes fomos os primeiros sorteados para dela participar. Depois, todos os Parlamentares terão essa oportunidade. Poderemos mostrar que temos trabalhado fortemente para melhorar a imagem desta Casa. Vamos trazer as crianças aqui, para mostrar como se faz um projeto, a sua tramitação, ou seja, contribuir para que tenhamos futuros cidadãos e para que eles possam participar da vida da cidade dentro da Câmara Legislativa.

Parabenizo V.Exa. pela fala e pela participação nesta tarde e também a todos da Escola Legislativa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Deputado Dr. Charles o aparte, que emprestou brilho a nossa fala. Agradeço também ao Deputado Rogério Ulysses ter-nos franqueado o tempo que era dedicado ao nosso bloco, para que eu pudesse falar sobre esses três assuntos que considero fundamentais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, farei este pronunciamento com muita alegria. Na maior parte das vezes fazemos por dever de ofício, mas este, faço com muita alegria. É uma pena não ver aqui muitos dos Deputados que são integrantes da Frente Parlamentar de Cultura. Desde o mês de fevereiro deste ano, tenho trabalhado por entidades culturais que me trouxeram um problema. Tenho participado de reuniões sucessivas, na Secretaria de Fazenda, contra a interpretação absurda de que, nas atividades culturais, quando é dado um patrocínio, cobra-se o recolhimento da taxa do ICMS de 25% sobre a verba desse patrocínio. Nessas sucessivas reuniões, vimos a Secretaria de Fazenda dividida em dois grupos, um achando que tínhamos razão na causa; o outro – evidentemente, o arrecadador – achando que deveria haver aquele pagamento do ICMS.

Finalmente, encontramos guarida no ex-Secretário Medina, mas principalmente no Subsecretário, Dr. André. Eles resolveram encaminhar a consulta à Procuradoria do Distrito Federal. Essa informação interessa a todos os grupos culturais do Distrito Federal que sobrevivem dos patrocínios, para oferecer à população aquilo que é direito constitucional, que é o acesso aos bens culturais.

O parecer da Procuradoria do Distrito Federal, respondendo a consulta feita pela Secretaria de Fazenda, em cima de expedientes – acompanhamos esse processo durante todo o tempo –, é o seguinte: “O entendimento repercute nas políticas de incentivo ao esporte e à cultura e, por isso, requer a necessária certeza e definição dos contornos jurídicos para orientar eventuais decisões e ações supervenientes do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	20

Poder Executivo.” Esse foi um trecho do Expediente do Secretário de Fazenda à Procuradoria do Distrito Federal.

Com muito prazer e muita alegria, depois de uma luta de muitos meses, vemos que a Secretaria de Fazenda toma a posição que deveria ter tomado há mais tempo. Faz a consulta a quem de direito, à Procuradoria do Distrito Federal, que responde, peremptoriamente, da seguinte forma, após várias páginas de consideração, de citações de juristas especializados em direito tributário:

“Reafirme-se: o patrocinador não disponibiliza recursos para efetuar um pagamento pela prestação de um serviço de comunicação; ele o faz com o objetivo de incentivar uma atividade de relevo cultural.

Assim, o fato de existir uma divulgação positiva da marca do patrocinador não pode ser equiparada à prestação de um serviço de comunicação”.

Para fazer justiça aos grupos culturais e à busca de patrocínios, que são tão difíceis, diz a Procuradora do Distrito Federal, que teve o seu parecer encampado pelo Procurador Geral:

“Com essas considerações, opina-se pela oferta das seguintes respostas aos quesitos formulados: (I) os fatos descritos nas consultas em referência não guardam identidade com as hipóteses de incidência tributária do ICMS; e (II) não há obrigação acessória, em especial a emissão de notas fiscais, para os patrocinados, sendo suficiente a simples apresentação de recibo”.

Isso era uma luta dos grupos culturais de Brasília, que, ao receberem o patrocínio, já tinham que devolver sob a tese de que isso era propaganda e publicidade, sem auferir nenhum lucro sobre a propaganda e publicidade. Portanto, a resposta peremptória: “Não há obrigação acessória, em especial a emissão de notas fiscais, para os patrocinados, sendo suficiente a simples apresentação de recibo”.

Qual é o desdobramento disso? Deverá sair, até o final desta semana, a Instrução normativa da Secretaria de Fazenda, encampando. Mais do que isso, com a possibilidade – estamos trabalhando para que essa Instrução normativa saia – de devolução do imposto que foi cobrado indevidamente às instituições que receberam patrocínios e que não sobrevivem à custa de publicidade. A publicidade all funciona como a logomarca do patrocinador. Fazem isso apenas para divulgação do nome do patrocinador, dentro daquilo que a Constituição tão bem estabelece como sendo cultura, que é também um direito do cidadão.

É uma pena o Deputado Paulo Tadeu não estar presente para nos ouvir. S.Exa. tem trabalhado juntamente conosco na Frente Parlamentar da Cultura, além de outros Parlamentares. Foi uma briga árdua que durou muito tempo, até haver esse despacho final com a resolução dessa questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	21

De público, quero agradecer ao Subsecretário André, que desde o primeiro momento se colocou ao nosso lado e levou essa questão até o fim. É bom que todos os grupos culturais do Distrito Federal saibam realmente disso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tínhamos um encaminhamento para votação nesta tarde dos Itens nºs 8, 9 e 10. Solicito à Mesa que não os votemos, pois estamos ainda buscando alguns encaminhamentos finais. Eu solicitaria que apreciássemos o Item nº 6, que trata da redação final de crédito suplementar, e o Item nº 45, referente ao parecer para recondução do Sr. Antônio Luiz Barbosa ao cargo de Diretor da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA.

Portanto, não votaríamos os Itens nº 8, 9 e 10 nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Batista das Cooperativas, eu conversei com o Líder do Governo por telefone e S.Exa. sugeriu que votássemos o Item nº 8 hoje. O Deputado Leonardo Prudente não conversou com V.Exa.?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, serão os Itens nºs 8, 9 e 10. Faremos isso em deferência ao Líder. Portanto, deixaremos para amanhã. Já conversei com o Líder. Votaríamos os Itens nºs 6 e 45.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, poderíamos apreciar hoje os projetos dos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 6:

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 902, de 2008, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em atendimento ao previsto no art. 205 do Regimento Interno, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 18.760.000,00 (dezoito milhões setecentos e sessenta mil reais)”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	22

Em discussão a redação final. Indago se há manifestação contrária às observações feitas pelo Deputado Wilson Lima. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 45:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, sobre a indicação do Sr. Antônio Luiz Barbosa para recondução ao cargo de Diretor da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, encaminhado pela Mensagem nº 253/08 (Proc. nº 28/2008).

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Não houve nenhum Parlamentar contrário.

Conforme previsto no art. 227 do Regimento Interno, a Presidência Informa que o pronunciamento da Câmara Legislativa será comunicado ao Sr. Governador, consignando esse resultado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que possamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Batista das Cooperativas, eu gostaria que V.Exa. esclarecesse o procedimento de votação dos itens.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, além dos Itens nºs 6 e 45, votássemos os Itens nºs 8, 9 e 10. São os projetos sociais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências".

Relatores: Deputado Paulo Roriz - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ

Foram apresentadas duas emendas de segundo turno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao Fundo, ele traz regras, diz o que pode ser taxado. A classe empresarial pediu para taxar, no que diz respeito aos cigarros, apenas cigarro dos ricos, uma categoria só. O projeto em questão não trata disso, ele não taxa as categorias 1, 2, 3 e 4. Isso virá com a regulamentação que o Governo irá mandar. O Governo vai dizer qual categoria de cigarro quer.

Então, acho que alongar mais ou passar de amanhã a votação do Fundo por causa disso não tem razão de ser, não tem objeto. Pedir vistas para votar uma emenda taxando um tipo de cigarro? O projeto não permite isso. O Governo vai mandar a regulamentação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, Deputado, as emendas já foram apresentadas e assinadas pelos Deputados regimentalmente. O que estamos fazendo é a leitura do Item. Já anunciei que foram apresentadas duas emendas de segundo turno e estamos iniciando o processo de discussão. É legítimo os Deputados apresentarem emendas. Iremos nos posicionar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Com certeza. Mas há uma taxando as categorias de cigarro?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Eu não li as emendas, Deputado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho conversado muito com o Presidente do Sindhobar, o Clayton, e eu gostaria de pedir vista do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. pode pedir vista e a Mesa irá conceder. O Deputado Benício Tavares já havia se dirigido à Mesa informalmente e solicitado também vista do projeto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Então, faço junto com o Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Então, a vista ao projeto fica com V.Exa. e com o Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, formalmente – já havia pedido a V.Exa. informalmente que nos desse um tempo para analisar a matéria – eu gostaria de reafirmar o nosso pedido de vista, ficando em conjunto com o Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo cinco dias de vista a V.Exa. do Projeto de Lei nº 894, de 2008.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após o Plenário decidir se vota ou não os projetos acordados pelas Vice-Lideranças, eu gostaria de propor a V.Exa. que apreciássemos os projetos dos Deputados. Há alguns em segundo turno e outros em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Há uma solicitação das Lideranças para que suspendêssemos a sessão para conversarmos sobre a pauta.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como V.Exa. colocou, nós temos vetos, inclusive obstruindo a pauta, e a votação dos dois itens que foram apreciados em função de um acordo de lideranças. Solicito a suspensão da sessão para discutirmos a pauta e a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência concorda com a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem prejuízo da questão que V.Exa. acabou de relatar, sugiro que façamos, mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	25

uma vez, a apreciação de projetos de Parlamentares seguindo a ordem de votação anterior, porque eu tenho uma avaliação de que alguns Parlamentares já tiveram muitos projetos aprovados, e outros não.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concordo, alguns estão com *deficit*, vamos dizer assim. Esta Mesa concorda com sua questão. A Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h50min, a sessão é reaberta às 17h24min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria me referir a meu amigo, Deputado Geraldo Naves.

S.Exa. fez uma colocação sobre verba indenizatória. Eu entendi que S.Exa. tinha afirmado que os Deputados que não gastassem o total da verba estariam descumprindo a lei. Mas S.Exa. disse que não, que tinha feito uma interrogação. Sendo assim, eu, que fiz aquela consideração, quero dela me retratar porque, de fato, se S.Exa. fez uma interrogação, não caberia a abordagem que eu fiz. V.Exa. continua aqui!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ

O referido projeto recebeu substitutivo, em discussão em segundo turno, e precisa retornar às comissões: Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Deputado Berinaldo Pontes que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	26

O referido projeto recebeu um substitutivo de autoria de vários Deputados. No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento do substitutivo e pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Esse substitutivo é produto de entendimento entre a maioria dos Deputados que foram convidados a participar, e todos foram. Portanto, o substitutivo vem aprimorar o projeto que veio do Governo e foi feito inclusive com a concordância da equipe do próprio Governo e dos Secretários da área.

Em face disso, o parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	27

Trata-se de programa que unifica os procedimentos de gestão e as ações de segurança alimentar e de transferência de renda direta e indireta do Governo do Distrito Federal, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transformação de Renda.

Na verdade, sob esse "guarda-chuva" chamado Programa Vida Melhor, faz-se a unificação de ações e programas visando o aprimoramento de gestão governamental, a promoção de políticas integradas visando o combate da inclusão social e a reunião de antigos programas, de forma que a população não fique, em nenhuma faixa etária, abandonada ou sem estar abrigada sob alguns dos projetos.

As ações do Programa Vida Melhor incluem o Nutrindo a Mesa, com atendimento à criança entre 0 e 7 anos; o Nosso Leite, com distribuição diária de leite para o idoso, a mulher gestante e a nutriz; o Nosso Pão; o Cesta Verde, que consiste na distribuição, mensal ou em situação emergencial, de uma cesta de produtos perecíveis e não-perecíveis; a isenção de tarifas públicas na concessão de benefício às famílias cadastradas no Vida Melhor; o Restaurante Comunitário, com fornecimento de refeições a preço acessível à população; o Bolsa-Escola, em que as famílias selecionadas e incluídas no cadastro único dos programas sociais receberão recursos da ordem de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), R\$150,00(cento e cinquenta reais) ou R\$180,00(cento e oitenta reais), de acordo com o número de filhos; o Bolsa Social, com famílias sem filhos em idade escolar, mas pobres, selecionadas e incluídas no cadastro único dos beneficiários; e o Bolsa-Alfabetização, com auxílio mensal a ser concedido ao adulto não-alfabetizado que está procurando os programas de alfabetização.

Sob o ponto de vista da juridicidade, entendemos que essa unificação do programa vem facilitar a existência de um cadastro único que impossibilite que as pessoas entrem em mais de um programa para os quais não estejam devidamente amparadas. Enfim, dá uma diretriz melhor ao Poder Executivo para fazer uma gestão eficaz e eficiente de um programa social da maior relevância. Evidentemente, com a cautela que está no projeto de lei, a fim de que o Poder Executivo compatibilize os números de beneficiários com os recursos orçamentários existentes, para não conceder benefícios acima dos recursos existentes no orçamento do Distrito Federal.

Assim sendo, pela Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável à aprovação do Programa Vida Melhor nos termos do substitutivo ora apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	28

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Bernaldo Pontes - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputado Milton Barbosa - CCJ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	29

O projeto recebeu substitutivo, em segundo turno. Portanto, terá que receber parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

Este projeto recebeu um substitutivo, de autoria de vários Deputados Distritais.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade e acatamento do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, em segundo turno, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

De igual modo ao que eu disse no projeto anterior, este substitutivo é produto de estudos, discussões e acordo entre a maioria dos Parlamentares e o Governo. Procurou-se aprimorar o projeto, de sorte que ele apresentasse condições de ser imediatamente executado pelo Governo.

Chamo a atenção para o fato de que esses três projetos — os dois que estamos votando agora e o que trata do fundo da pobreza — precisam andar juntos. Um não existe sem o outro. Portanto, apelo mais uma vez para que votemos o projeto sobre o fundo da pobreza em uma data breve. O Governo e a população pobre, que está à mercê de toda sorte, principalmente da fome, precisam da análise



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	30

desse projeto. No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do substitutivo.

Eu comentava com o Deputado Batista das Cooperativas, grande Vice-Líder do Governo – grande nos dois sentidos – que, para viabilizar o Cheque Habitação, o Fundo de Pobreza tem que estar em vigor.

Sr. Presidente, portanto, o parecer é pela aprovação do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a lei pretende, e o substitutivo assim mantém, regular a política de transferência de recursos procedentes do Orçamento anual do Distrito Federal, distribuídos com vistas a prover os mínimos sociais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social.

Concordo com as declarações do Deputado Milton Barbosa de que esses projetos que aqui estão sendo relatados hoje, o anterior e este, complementam-se, falta ainda um terceiro que hoje está retirado de pauta.

O objetivo deste projeto é apresentar a regulamentação de quais são os programas sociais, de como se elabora um cadastro único, de como as pessoas podem se inscrever. Enfim, dá publicidade de forma que toda a população possa saber quem tem direito a quê e quem não tem direito, para que esta sociedade também possa ser fiscalizadora dos beneficiários dos diferentes programas.

Trata do pagamento dos benefícios, das contrapartidas das famílias beneficiárias. Devo dizer a V.Exas. que esse problema de contrapartida é muito importante. No ano passado, tive a oportunidade, por alguns meses, de administrar o programa de alfabetização de adultos do Distrito Federal. Eu fiz o planejamento e a instalação desse programa. Naquele momento, foram-me apresentados muitos bolsistas universitários para trabalharem no programa e, ao entrevistá-los, vimos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	31

não havia possibilidade do aproveitamento deles, pois muitos se negavam a fazer esse trabalho, porque, ao receberem a bolsa-universitária, não havia sido exigida uma contrapartida. E agora a questão da contrapartida está bem esclarecida. Trata das situações em que o benefício pode ser cancelado.

Então, o substitutivo supre as deficiências do projeto original. Por isso, tenho a firme convicção de que o substitutivo atende agora àquilo que é necessário para um programa desta natureza, pelo que sou por sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após a votação das matérias que foram acordadas com os Parlamentares, solicito a V.Exa. a votação em bloco dos Itens nºs 37 a 44, que são as moções constantes da pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito aos Líderes que se manifestem quanto à votação em bloco das moções.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	32

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto à questão que o Deputado Brunelli apresentou anteriormente, não tenho nenhuma objeção quanto à votação em bloco das moções.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa bancada também não tem nenhuma objeção quanto à votação em bloco das moções.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Conforme acordo dos Líderes, passaremos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 224, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, “*post mortem* em homenagem ao ilustre pioneiro José Dias da Rocha”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 225, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza os dançarinos da Escola Profissional de Ballet Clássico Sarene Castro pelos relevantes serviços prestados a nossa cidade”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 226, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza o servidor Angello Giuseppe de Medeiros Nasiasene pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na segurança desta Casa”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 09 2008	15h25min	70ª Sessão Ordinária	33

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 227, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "parabeniza pelos relevantes serviços prestados frente ao Partido Progressista - PP o Sr. Juda All Jadalla".

Item nº 41:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 230, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, "de aplausos ao Dia do Veterinário".

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 231, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "parabeniza os policiais militares do 8º Batalhão da Polícia Militar da Ceilândia, os bombeiros militares, os policiais do Bope, os profissionais da Samu, pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal".

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 232, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "formula votos de parabéns ao professor Marcus Alberto Moura Maciel pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Planaltina-Distrito Federal".

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 233, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "parabeniza a Associação Serrano de Futebol Infantil-ASFI por incentivar a prática da modalidade esportiva futebol na cidade de Sobradinho".

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão, em bloco, as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 15 Deputados.

Agradeço a participação de todos nesta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)